

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

MÍDIA E SOCIEDADE: O DIREITO À INFORMAÇÃO¹

Luiza Da Silva Gomes Dos Santos², Vera Lucia Spacil Raddatz³.

¹ Projeto de iniciação científica registrado Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade (CNPq), na Linha de Pesquisa Democracia e Direitos Humanos na América Latina e integra a pesquisa do PPGD – Programa de Pós-Graduação em Direito – Curso de Mestrado em Direitos Humanos.

² Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq 2014/2015 do projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação.

³ Professor coordenador do projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação e orientador do trabalho.

1. Introdução

Apesar de haver uma inserção em massa de pessoas nos novos espaços públicos como a internet, o papel dos meios de comunicação tradicionais ainda é muito importante. A televisão, o rádio e os jornais conseguem atingir um número maior de pessoas. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, da Secom, realizada em 2015, 95% dos entrevistados afirmam ver TV. O rádio e a internet aparecem em segundo e terceiro, respectivamente, como preferência de 55% e 48% das pessoas. Apenas 21% dos entrevistados afirmaram ler jornais impressos. Desta forma, é imprescindível uma reavaliação da função dos meios de comunicação na sociedade: não só como fontes de informação, mas também do seu papel social. A mídia é, de certo modo, dona de um poder comunicacional capaz de transformar espaços ao abordar diferentes temas. Por isso, é de suma importância que esses meios de comunicação de massa abordem temas como o dos Direitos Humanos.

O projeto Mídia e sociedade: o direito à informação faz uma análise dos meios de comunicação, a partir das páginas da Folha de São Paulo. Partindo da premissa de que cabe à mídia o dever de informar e de que a informação é a base para a garantia da democracia e a efetivação da cidadania, o projeto busca compreender de que forma o periódico aborda a questão dos direitos humanos.

Segundo Gentili (2005, p. 127), “o cidadão precisa ter assegurado o acesso à informação pública. Esta é, também, uma das condições para a ampliação dos direitos”. Compreendendo que as informações contidas em jornal é uma fonte importante para que os cidadãos tenham conhecimento dos fatos e também sobre um conjunto importante de informações que possam ajudá-lo a exercer a sua cidadania, é que se justifica o estudo da Folha de São Paulo, um dos jornais de maior circulação do Brasil.

O tema dos direitos humanos está muito presente no cotidiano das pessoas. A defesa de uma cultura desses direitos é uma luta antiga, que busca a igualdade e a dignidade humana. Contudo, para que esses direitos sejam plenamente exercidos é necessário que eles sejam compreendidos, a partir do acesso às informações. Um Estado Democrático de Direito, a partir das decisões políticas, é essencial para o exercício dos direitos humanos.

Desde 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento que estabelece a proteção universal destes direitos e serve de base para constituição de diversos países, ficando a critério de cada país adotá-la ou não. A partir desta Declaração, foram definidos alguns parâmetros: igualdade

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

entre as pessoas, independente de credo, sexo, cor, idioma ou qualquer outra condição; direito à vida, à cidadania; direito à plena liberdade de opinião e expressão; entre outros. Assim, devem ser assegurados tanto em grupos, quanto nas liberdades individuais. Compreende-se assim que a Declaração Universal dos Direitos Humanos visa à proteção de todos os homens, e não de um cidadão específico de um Estado.

A luta por direitos é incessante e nasce da necessidade de uma comunidade de mudar uma situação. Para que os parâmetros que a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece sejam plenamente cumpridos, é necessário que Estado e população cumpram seus deveres e exijam seus direitos. A defesa das liberdades individuais como a livre manifestação sexual, liberdade religiosa, o direito ao voto ou o de não ser escravizado, são direitos históricos (Bobbio, 1992, p.5). A luta de uma comunidade por seus direitos é que faz com que eles sejam legitimados com o passar do tempo, conforme suas necessidades. Dessa forma, não é difícil analisar o papel decisivo da mídia para a efetivação de direitos.

2. Metodologia

Para a compreensão das bases metodológicas da pesquisa, foi usada a Sociologia Compreensiva, de Michel Maffesoli, que foca na dualidade da razão e da imaginação. Ou seja, esse método de pesquisa está relacionado à liberdade do pesquisador de usar sua intuição para realizar a pesquisa.

Para este estudo também foi utilizada uma revisão bibliográfica e a pesquisa documental no jornal Folha de São Paulo. A Folha de São Paulo foi fundada em 1921, e tem uma tiragem diária de cerca de 300 mil exemplares, sendo assim, um dos maiores do país. Para chegar ao material de análise foram manuseadas as páginas impressas entre os meses de agosto de 2014 a março de 2015, seguindo um grupo de palavras-chave, a partir das quais as matérias eram selecionadas, recortadas e arquivadas. A prioridade na seleção das matérias foi para aquelas que continham as palavras-chave: direitos humanos, direito à informação, cidadania, liberdade de expressão e manifestações populares. Também foram selecionadas matérias que tratam de temas relacionados aos direitos humanos, mesmo sem a presença de tais palavras.

A seleção das notícias foi feita de forma cronológica: foram separadas pelo dia e mês correspondente. Depois disso, os Cadernos foram separados do corpo do jornal na seguinte sequência: Mundo, Poder, Cotidiano, Mercado, Ilustrada, Ilustríssima, Esporte, Turismo e Classificados. Depois da seleção foi realizada a leitura, começando pelo título, lead, e corpo do texto. Quando era encontrada uma matéria que tinham relação com os direitos humanos, ela era separada por categoria. Foram classificadas por reportagem; notícia; entrevistas; publicidade; editorial; charges, infográficos e fotos; artigos de colunistas e opinião do leitor. No período foram examinados exemplares das terças, quintas, sábados e domingos, num total de 136 edições.

3. Resultados e discussões

Durante a pesquisa foram analisadas 136 edições da Folha de São Paulo, o equivalente a 6.800 páginas de jornal. Neste mesmo tempo, foi possível perceber que a maioria das notícias não possui

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

uma das palavras-chave, mas deixa evidente que o assunto abordado é a questão dos direitos humanos. Foram coletadas 1156 matérias, sendo que apenas 341 possuíam uma das palavras-chave: direitos humanos apareceu em 168 matérias, cidadania em 34, manifestações populares em 29, direito à informação em 3 e liberdade de expressão em 107. Nas outras 815 não foi constatada a presença de uma das palavras. Do total de publicações, 149 eram reportagens, 504 eram notícias, 29 eram entrevistas, 78 editoriais, 28 charges, infográficos e fotos, 147 artigos de colunistas, 217 opiniões de leitores e 4 publicidades.

Analisando os dados quantitativos, evidencia-se a grande quantidade de notícias que abordam, contendo ou não as palavras-chave, o tema dos direitos humanos. Já quanto aos dados qualitativos, percebe-se que durante os meses pesquisados o jornal Folha de São Paulo abordou o tema dos direitos humanos baseado em pautas diárias, e não como um tema que deveria ser tratado com valor social.

No período de avaliação do jornal, foi possível encontrar temas que eram tratados com mais cuidados do que outros. Logo no começo da pesquisa era possível encontrar matérias de cunho político, e que tratavam sobre cidadania e direito ao voto. O jornal Folha de São Paulo possui posicionamento bem definido em sua linha editorial. É a favor de questões como o aborto, a legalização das drogas e casamento homoafetivo. E também mantém seu posicionamento contra a maioria penal e a pena de morte, por exemplo.

Não deixando a imparcialidade de lado, durante esse período, a Folha veiculou matérias sobre xenofobia, racismo, conflitos religiosos no Oriente Médio, eleições, discriminação de gênero. E também tratou sobre temas específicos com o atentado ao Charlie Hebdo, a finalização do relatório da Comissão Nacional da Verdade ou sobre as declarações do Vaticano em favor dos gays. O editorial da Folha de São Paulo publicou também textos sobre liberdade de expressão e direito à informação, condenando uma proposta do Senado de proibir pesquisas de intenção de voto antes das eleições.

4. Conclusões

Avaliando o período em que a pesquisa foi realizada, pode-se observar que a Folha de São Paulo preocupa-se relativamente com as questões dos direitos humanos. Apesar de o número de publicações com as palavras-chave ser inferior a 30% das publicações selecionadas, o restante aborda temas como a homofobia, aborto, racismo, escravidão, tortura, liberdade religiosa, entre outros temas.

Trazendo à luz essas questões, o veículo assume seu papel como formador de opinião e propagador de culturas. O jornal age de forma democrática quando expõe opiniões contrárias de seus leitores na coluna Painel do Leitor, ou ainda no caso da coluna Ombudsman, em que um colunista analisa e avalia a posição do veículo em relação a diversos temas abordados. Neste caso, o periódico cumpre seu compromisso com a liberdade de expressão e exerce seu direito.

No entanto, são necessários três fatos para que o jornal chegue a uma abordagem ideal sobre os direitos humanos. Primeiro, ainda são necessárias matérias que tratem de forma mais específica o tema. É importante usar o tema não apenas quando surge a pauta, mas também como um assunto

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

que deve ser abordado constantemente, para que esses direitos sejam reforçados e plenamente estabelecidos. Segundo, qualificar as matérias que abordam os direitos humanos no Brasil. O número de notícias ligadas à questão é grande e satisfatório, mas o jornal dá preferência a assuntos de fora do país. E terceiro, aumentar a presença de palavras-chave como “direitos humanos” ou “liberdade de expressão”, para que o leitor saiba sobre que assunto está lendo, e para que tenha certeza de que este é um direito que lhe deve ser garantido. Assim, o jornal poderá contribuir efetivamente para que o cidadão saiba exatamente quais os seus direitos e seus deveres, e principalmente, para que cumpra esses deveres de forma consciente.

Logo, podemos perceber a importância que a comunicação tem na vida das pessoas, como disseminadora de conteúdo e propagadora de conhecimento e informações em diferentes áreas. Somente a informação e o conhecimento são capazes de nortear o cidadão por um caminho que o faça reivindicar de forma legal seus direitos, resguardando a democracia e a cidadania. Informar e difundir conhecimento sobre os direitos é mais do que somente dar a notícia, é propagar cidadania e estabelecer parâmetros para que as pessoas saibam lutar e proteger seus direitos como seres humanos.

5. Palavras-chave: direitos humanos; liberdade de expressão; cidadania; democracia.

6. Referências bibliográficas

- BEDIN, Gilmar Antonio. Os direitos do homem e o neoliberalismo. Ijuí: Unijuí, 2002.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CUNHA FILHO, Paulo C. Modelos de cidadania digital: hipermídia e democracia na sociedade da informação. Ícone. Recife: UFPE, ago. 1999. n. 4. p. 43-61.
- GENTILLI, Victor. Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. O conhecimento comum. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Direito à informação para o exercício da cidadania. Revista Científica Direitos Culturais, Santo Angelo, v. 9, n. 19, p. 108-117, set./dez.2014.
- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, DF: 2015.